

FEMINISMOS DECOLONIAIS: LIÇÕES DE RESISTÊNCIA ATIVA DE MULHERES DA TERRA EM “NUESTRA AMÉRICA”

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo¹

Resumo: As mulheres latino-americanas estão pensadas nesse texto a partir de suas próprias narrativas. Debruço-me sobre suas falas que trazem alegrias e tristezas ao relatarem lutas e resistências em seus corpos/territórios, que remetem a processos de oposição ao capitalismo, ao patriarcado e a negação à suas diferentes formas de existência. Encontro no diálogo com mulheres camponesas e indígenas lutas primordiais relacionadas ao direito à terra e ao território para que seus corpos possam se reconhecer saudáveis e vivos. Vinculam as lutas materiais às lutas por uma sociedade de afetos, de memórias, de vida e não de sacrifícios. Denunciam as alianças entre o mercado capitalista e os Estados-nação a destruírem deliberadamente os ambientes naturais. Encontro no pensamento de Rosa Luxemburg e na Economia Feminista ideias promissoras a compor arquiteturas de desbravamentos cognitivos e sensitivos nas práticas e pensamentos que compõem a diversidade constitutiva das mulheres da terra.

Palavras-chave: Mulheres da Terra, Acumulação Primitiva, Economia Feminista, Capitalismo.

Resumo: Les femmes latino-américaines sont pensées dans ce texte a partir de leurs propres récits. Je me concentre sur leurs discours qui apportent de la joie et de la tristesse en rapportant les luttes et les résistances dans leurs corps/territoires, qui font référence à des processus d'opposition au capitalisme, au patriarcat et au déni de leurs différentes formes d'existence. Rencontre en dialogue avec les femmes paysannes et autochtones dans les luttes primordiales liées au droit à la terre et au territoire pour que leurs corps puissent se reconnaître en bonne santé et vivants. Ils lient les luttes matérielles aux luttes pour une société d'affections, de souvenirs, de vie et non de sacrifices. Ils dénoncent les alliances entre le marché capitaliste et les États-nations qui détruisent délibérément les milieux naturels. Je trouve dans la pensée de Rosa Luxemburg et dans l'économie féministe des idées prometteuses pour composer des architectures d'exploration cognitive et sensible dans les pratiques et les pensées qui constituent la diversité constitutive des femmes de la terre.

Palavras Chaves: Femmes de la Terre, Accumulation Primitif, Économie Féministe, Capitalisme.

¹ Professora Associada na Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente aposentada. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora/orientadora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) - UFC (até ano de 2020) e no Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) - UFC (até ano de 2022). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamento rural, gênero, mulher, feminismos, movimentos sociais rurais, mulheres e agroecologia. Coordenou o Programa Residência Agrária e o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) (até o ano de 2020) vinculados ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará. Possui artigos e livros publicados sobre as temáticas com as quais trabalha em pesquisas.

Introdução

Essa escrita é construída a partir de alegrias e de tristezas noticiadas por mulheres. Para colocar palavras em papel escutei, depois li e reli narrativas de mulheres de “nuestra América”², de países como: Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Paraguai, Uruguai, Equador e Brasil. Refiro-me a mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, que, originárias e em relação direta com a terra constroem processos de mobilização, de organização, de participação e de resistência para permanecerem em seus territórios, para defenderem seus corpos/territórios.

Acompanhei atentamente testemunhos de mulheres que dialogaram sobre suas experiências pessoais e familiares em seus territórios que se ampliaram para o relato de lutas de mulheres que cresceram e assumiram um caráter coletivo e mais permanente de lutas resistentes em organizações sociais nos seus países. Esses depoimentos me falaram de batalhas as mais diversas que se articulavam com a complexidade econômica, social, ambiental, política, cultural nas últimas trinta décadas. Confesso, ao escrever este texto que a mim me parece mais um escrito incomodado, inquieto, ao me fazer leitora e também testemunha de tempos tão perversos, tão desafiadores para mulheres da terra que, bravamente teimam em viver.

Encontrei alegrias (e isso muito me animou) nos combates, na resistência ativa, nos modos de organização criativa, ousada, que fazem e tornam a política viva, dinâmica, engajada no real da vida cotidiana das mulheres. Senti alegria por encontrar enfrentamentos ao capital, priorizando a centralidade na defesa da vida, em contraposição ao que passa a dominar as relações culturais, econômicas, políticas e sociais, que quer se hegemonzar como ordem mundial civilizatória capitalista, ao transformar em mercadoria os bens materiais e os bens imateriais produzidos pela sociedade.

² Essas narrativas foram apresentadas em Ciclos de Intercâmbios realizados durante os anos de 2021 e 2022, em Buenos Aires/Argentina e organizados pelo Centro Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos (CIPDH), vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de forma virtual, híbrida e presencial. Os eventos reuniram mulheres da terra de países da América Latina, Caribe e África, que expuseram seus saberes, experiências e aprendizados a partir do testemunho de casos vivenciados como lutas ao direito de permanecerem em seus territórios de existência. Fiz parte de um desses Ciclos e fui convidada a dialogar e escrever a partir da escuta desses depoimentos. O texto inicial e mais sucinto foi publicado em espanhol, no livro *Mujeres de La Tierra – Voces, saberes e experiências de América Latina, el Caribe y África* (Esmeraldo, 2023).

Mas me deparei, de forma substancial, com tristezas expressas nas violências as mais distintas sobre os corpos de mulheres, sobre suas existências cada dia mais precarizadas, sofridas, carregadas de dores físicas, emocionais, afetivas, atingidas, diretamente, pelo modelo vigente e hegemônico, tanto econômico como político – o capitalismo e nas suas nefastas relações com o Estado, além de suas práticas patriarcalistas, sexistas e racistas.

Ao trazer a economia penso em Luxemburg (1984) que afirma a necessidade de ser analisada na sua expressão que se relaciona diretamente com a política. Como nos apresenta a teórica militante a maioria dos Estados também são capitalistas e esse sistema submete as políticas econômicas e sociais dos Estados-Nação para: alimentar seu modelo de crescimento e de desenvolvimento a atuar a partir de seus interesses econômicos e políticos; criar leis voltadas para dar autoridade às suas intervenções e mudanças em formas originárias de organização social e econômica de populações nativas; definir programas de governo e priorizar uma política neoliberal em suas agendas; aprofundar privilégios e restringir direitos. Os setores econômicos não se sustentam sem a sua ação e intervenção na política e sobre o Estado e nesse sentido, se instalam nos poderes executivos, legislativos e até judiciários para alçar espaços de representação de caráter institucionalizado.

Com as narrativas das mulheres, habito e sigo seus movimentos. Busco chegar o mais próximo de seus sentidos para ser o mais honesta nesta escrita. Nessa direção, ao escutar suas narrativas, proponho-me a senti-las com a pele e a minha existência de mulher, a pensá-las com elementos analíticos e propositivos emancipatórios e a escrever com o cuidado ético para que essas histórias possam ampliar entendimentos e apoiar suas lutas.

Narrativas de mulheres latino-americanas a forjar novas possibilidades de Bem Viver

Escuto a fala de Ana Maria Ribeiro, co-fundadora do Movimento de Mulheres em Luta e membro da Cooperativa Colonizadora da Federação Agrária da Argentina. Ana Maria nos conta a história da mobilização das mulheres para suspender os leilões de suas glebas iniciados na década de 1990, período de ampliação de novos ajustes nas políticas

neoliberais no país. Os leilões de terras eliminam e destroem a pequena e média propriedade, importante segmento na produção de alimentos, para fazer aparecer os despossuídos da terra, ao serem destituídos de suas áreas de produção agrícola familiar.

No processo de formação da organização social entre mulheres, essas deparam-se com a passagem da economia familiar para a economia de mercado, que se apropria dos meios de produção e da força de trabalho de pequenos/as agricultores/as e camponeses/as para submetê-los/as ao capital. As mulheres preparam-se para conhecer e interferir contra a imposição de condições adversas para a reprodução de suas vidas e se organizam e se fazem educadoras populares construindo metodologias de engajamento, de formação para a tomada de consciência e para assumirem espaços de poder na sociedade, hegemonicamente, masculina.

É o início da participação e protagonismo em torno de suas existências e de atuação na política pública ao realizarem grandes movimentos de rua voltados para a suspensão dos leilões de terras no país, que se desdobram em ações civis voltadas para barrar os leilões.

Da Argentina escuto também Deolinda Carrizo, camponesa indígena de Quimili, dirigente histórica e educadora popular do Movimento Campesino de Santiago do Estero (MOCASE). Deolinda remonta a resistência indígena ao processo de colonização espanhola e ressalta que é “uma resistência que trazemos desde 529 anos“. Afirmo ainda que estão vivas porque lutam e resistem contra as violências em suas vidas e territórios.

Como questão estratégica Deolinda afirma que “as mulheres são parte da solução para terminar com a fome no mundo”. Nesse processo formativo as mulheres organizadas compreendem que a soberania e segurança alimentar e nutricional passa pelas mãos das mulheres quando problematizam que há necessidade de conhecer a origem dos alimentos, saber quem produz, como é produzido. Há nessa afirmação implícita a denúncia às grandes corporações internacionais que alteram o processo produtivo dos alimentos com a injeção de produtos químicos nocivos à saúde humana e animal e ao monopólio na produção de sementes. Dos produtos processados e ultra processados não se sabe mais se são alimentos saudáveis, porque viraram produtos artificializados para se tornarem mercadoria.

Deolinda declara que as mulheres defendem a presença dos territórios nas decisões nacionais por meio da participação das lideranças da comunidade com o

argumento de que conhecem bem suas necessidades e sabem que é do território que nasce o processo de formação cidadã. O Estado será forte se reconhecer e institucionalizar a agricultura familiar como parceiro no fortalecimento do mercado interno de alimentos, se estimular os Circuitos Curtos de Comercialização e as Feiras Agroecológicas próximas dos consumidores urbanos. Isso requer a parceria entre as organizações sociais e o Estado na produção de conhecimentos, na implementação de tecnologias sociais para fomentar a autonomia das famílias camponesas.

A luta dessas mulheres traz para sua atuação política entendimentos das contradições sobre a estreita relação entre a chamada modernização da agricultura, a forte concentração de terras e de capital, a desregulação das instituições voltadas para o bem-estar social, as privatizações e a abertura indiscriminada da economia e sua relação com as reformas para a atuação de um Estado mínimo.

Da Colômbia escuto Isabel Zuleta, feminista comunitária e ativista defensora dos direitos humanos e ambientais e fundadora do Movimento Rios Vivos. Isabel relata que as mulheres de seu país enfrentam a ação interligada entre setores públicos e privados que atua em processos de espoliação de seus territórios. Delata a implantação do megaprojeto Hidroituango (situado no cânion do rio Cauca, segundo rio mais importante do país, situado no departamento de Antioquia).

Para se oporem a esse e outros investimentos econômicos as mulheres organizam o Movimento Rios Vivos que integra mais de dezessete associações defensoras da água e da vida para denunciar as violências, os conflitos gerados por grandes empreendimentos hídrico-energético e por agroindústrias que extorquem as terras de agricultura camponesa. São empreendimentos causadores de conflitos, de mortes e desaparecimento de familiares (o Movimento documentou mais de 110 massacres).

As mulheres expandem suas vozes coletivas em espaços públicos para apontar os lugares de discriminação específica contra as mulheres, da violência ambiental com maiores riscos para as mulheres, a posição do Estado a perseguir, vigiar e punir seus familiares. Atuam com ações judiciais para impedir o silêncio estatal e buscar apoios na reconstrução de suas vidas diante das desapareções forçadas de seus companheiros. As mulheres tornadas viúvas organizam-se na busca de reparação, da escuta de suas histórias e do resgate de suas memórias. Em luta contra o silenciamento, a negação de suas dores,

as mulheres entram em confronto com a máquina estatal para trazer à memória a verdade e os direitos humanos.

Com as violências trazidas por megaprojetos minero-energético, da agroindústria, as mulheres passam a atuar de forma conjunta em defesa dos direitos humanos e ambientais e assumem a luta antipatriarcal ao compreenderem que são tratadas desigualmente. Denunciam a forma diferenciada como os megaprojetos atinge as mulheres. A violência ambiental as coloca em maior situação e condição de vulnerabilidade por estarem, historicamente, na posição social e cultural de principais responsáveis com os cuidados e a reprodução da vida humana.

Referem-se ao resgate de uma memória de 130 mil desaparecidos, de uma geopolítica que faz a conexão entre a Cordilheira Central e Ocidental - a Cordilheira dos Andes a ligar os povos latino-americanos. Defendem o respeito ao planeta para todos/as ao afirmarem e alargarem a luta por uma cidadania planetária.

Concordo com Gerhard Dilger ao apresentar o pensamento de Rosa Luxemburgo sobre as motivações que desencadeiam muitas lutas coletivas. O autor comenta,

Nós acreditamos que a luta contra a destruição dos fundamentos da vida contém o potencial para aquelas alianças sociais amplas que são necessárias para mostrar os novos limites ao movimento econômico capitalista, senão mesmo para superá-lo (2015, p. 11).

Há radicalidade nas expressões de luta dessas mulheres quando mostram a perda da humanidade inscrita nas práticas capitalistas que provocam desmoronamentos na vida afetiva, emocional, nos corpos das mulheres e suas famílias. É na profunda vulnerabilidade que as mulheres encontram forças em coletivo para denunciarem que não pertencem a esse sistema e reagem para exigir justiça social, o encontro com seus mortos e suas memórias e nessa direção politizam a vida cotidiana para dar a ela sua importância. Integram elementos da vida material, produtiva, econômica com os aspectos subjetivos e relacionados à afetividade, ao mundo das emoções.

Ao apresentar as narrativas das lutas das mulheres do Chile, dialogo com a fala de Katta Alonso, representante e membro fundadora do Movimento de Organização de Mulheres em Zonas de Sacrificio em Resistência (MUZASARE). Deparo-me com uma expressão muito forte – de mulheres que vivem em “Zonas de Sacrificio”. O relato, sobre uma das cinco Zonas de Sacrificio situada numa região próxima do mar (localizada à 80km de Vina del Mar importante cidade turística do país) onde habitam mais de 50 mil

peças que vivem da agricultura, da pesca e do turismo, denuncia que foram instaladas dezoito empresas que exploram e armazenam combustíveis fósseis como o petróleo, o gás natural, produtos químicos, sem as devidas recomendações sanitárias e ambientais de proteção à população local, ao ambiente natural e aos sítios arqueológicos.

As empresas industriais se estabeleceram nos territórios pelo capital, em aliança e apoio do Estado chileno. Investiram em termelétricas a carvão, refinarias de cobre, empresas exploradoras de petróleo, de terminais de gás, etc., que se instalaram com a parceria público/privado e de forma consensual, permitiram e produziram contaminações no ar, no solo e subsolo, nas águas do mar ocasionando profundas mudanças ao ambiente natural e à vida das populações locais.

O relato remonta ao ano de 1964 quando as primeiras empresas foram instaladas. A reação e organização de agricultores/as se constrói a partir de 1968 diante e em torno da perda de suas produções agrícolas, por queimadas provocadas por contaminações provocadas por metais pesados e outros contaminantes. Em 1970 comunidades agrupam-se e manifestam-se em torno da denominação Homens de Verde ao fazerem referência aos corpos esverdeados de homens trabalhadores dessas indústrias falecidos em consequência de contaminações.

As mulheres organizam-se no Grupo Mulheres em Zonas de Sacrificio em Resistência para lutarem por direitos fundamentais relacionados à moradia digna, à educação, saneamento e em especial para viverem em ambiente sadio. Aproximam-se de universidades para reivindicar pesquisas nas Zonas de Sacrificio, principalmente junto a crianças e mulheres. Descobrem que, a cada quatro crianças nascidas uma nasce contaminada apresentando malformação congênita desde o útero, enfermidades neurológicas graves, déficit de aprendizagem e crescimento de casos de autismo. O crescente número de casos de câncer na mama e no útero (a região possui a mais alta taxa de morte por câncer no país) e abortos espontâneos e casos de adoecimento mental são denunciados como violação dos direitos mais fundamentais à vida com base nas pesquisas científicas na fauna marinha, nos solos, nas águas e nas pessoas ao relacionarem a contaminação desde ambientes nativos ao crescimento do adoecimento na população.

O Estado e o setor privado instituem o conceito de Responsabilidade Social Empresarial e criam a Lei de Doações para as famílias afetadas. Mas tal medida não reduz os impactos ambientais, nem o avanço das contaminações. Há registros de escolas com

mais de quarenta intoxicações em 2011 e em 2018 pesquisas apontaram para mais de 1800 intoxicações em crianças e mulheres por metais pesados. As reivindicações das mulheres e familiares se faz em torno da criação de Planos de Descontaminação, de recuperação e reparação dos territórios afetados.

As “Zonas de Sacrifício” são implantadas no Chile, mas também na maioria dos países latino-americanos por governantes que se submetem a novas relações de colonização com impérios que disputam o domínio mundial por um modelo unificado de civilização capitalista. São processos de colonização que se relacionam com as análises de Quijano (2005) ao denominá-los de colonialidade do poder, além, de estudos de Dussel (2010) que produz reflexões em torno da modernidade imposta pela razão imperial europeia. Tais críticas contemporâneas, se fazem em torno da formação de um padrão universal para o capitalismo eurocentrado, que questionam e atualizam as diferentes formas de ataque e destruição de saberes das populações tradicionais, aos meios ambientais, às linguagens, à cultura e às diferentes formas de organização social locais, de suas experiências e identidades historicamente constituídas. Também Lugones (2019) ao fazer uma releitura crítica da modernidade colonial capitalista apresenta a marca colonizadora pensada sob a ótica de gênero e de raça, que terá um espaço de diálogo ao final deste texto.

As Nações ao incorporarem os modelos de industrialização capitalista aceitam e submetem as populações nativas à contaminação de suas águas, do ar, dos solos, ao desaparecimento da biodiversidade, a intoxicação e morte de parcelas de sua população. Acolhem o sacrifício como preço exigido para o desenvolvimento e o progresso que chega para poucos. No entanto, há resistências das populações locais afetadas, por compreenderem que tal modelo de desenvolvimento e de progresso não inclui, nem considera suas necessidades fundamentais de preservação de vida saudável.

Do Peru a narrativa de María Elena Carbajal, presidenta da Associação de Mulheres Peruanas Afetadas por Esterilizações Forçadas, denuncia as “esterilizações forçadas” em comunidades indígenas junto a mulheres e em jovens do sexo masculino. Apresenta um número de 300.000 mulheres e de 22.000 jovens submetidos a esterilizações sem a anuência dos mesmos. A luta conduzida pela Associação de Mulheres Peruanas Afetadas por Esterilizações Forçadas busca nas instâncias da justiça legal o reconhecimento formal como delito de lesa humanidade contra os governos de Alberto

Fujimori (1990-2000), de Alejandro Toledo (2001-2006) e de seus respectivos ministros da saúde. As lideranças da política institucional defendem-se afirmando que foram esterilizações consentidas e que esses governos realizavam programas de Planejamento Familiar em famílias em situação de pobreza e com muitos filhos.

As mulheres organizadas apresentam nos tribunais provas e testemunhos de mulheres incapacitadas para o trabalho no campo, no artesanato, nas lidas domésticas que revelam sequelas irreparáveis em seus corpos físicos e psicológicos. Desconstroem a falácia institucional com comprovações de que as esterilizações eram realizadas também em mulheres jovens, ainda sem filhos, apresentam casos de mortes de vítimas, denunciam que essas intervenções cirúrgicas não eram acompanhadas por médicos especialistas e que não haviam as condições sanitárias adequadas para a sua realização e posterior acompanhamento aos/às pacientes. Que a população afetada foi enganada e pressionada a participar e ainda acumulam sofrimentos que as impedem de se reintegrarem plenamente na vida social em suas comunidades.

Ao clamarem por Verdade, Justiça e Reparação a Associação de Mulheres Peruanas Afetadas por Esterilizações Forçadas representa mulheres camponesas e indígenas para defender a inclusão de suas lutas como Violação de Direitos Humanos. E reivindica a reparação integral de mais de 272 mil mulheres e de 22 mil jovens por danos físicos e psicológicos. Esse depoimento reafirma duas violências que se superpõem em dois terrenos férteis: nos corpos das mulheres e na terra habitada.

Para falar das lutas por terra no Peru escuto Ângela Chislla Palomino, dirigente da Associação de Camponeses, da Associação de Mulheres Indígenas e da Organização Nacional de Mulheres Indígenas e Amazônicas do Peru. A dirigente relata que a perda da terra por camponeses e indígenas os leva à condição de populações excluídas e empobrecidas a viverem nas periferias urbanas e traz a história recente da luta por terra desde 1969. Considera que a mesma não atendeu aos camponeses e indígenas, que se tornaram pastores das empresas cooperativadas. Somente em 1985 com a reivindicação por reestruturação fundiária o governo atende a 500 comunidades de povos indígenas, mas lembra Ângela que esta não inclui as mulheres e afirma que tal distribuição de terras se faz nos moldes patriarcais.

Seu relato problematiza a 2ª Reforma Agrária no país em 2021 ao reafirmar que as reivindicações camponesas requerem não somente um Banco de Fomento, mas

formação apropriada à realidade de camponeses e indígenas, à defesa da economia local, da produção para o mercado interno, de sua culinária, de infraestrutura hidráulica, dos idiomas Quéchuá e Aymara nas escolas e de suas lideranças e organizações como legítimas representantes de seus povos.

Ângela lembra que são povos indígenas dos Andes e da Amazônia que vivem em permanente situação de emergências climáticas, sofrendo secas, geadas, chuvas torrenciais e de granitos que necessitam de um plano de ação climática, além de sofrerem com a ação de contaminações por atividades econômicas extrativistas realizadas por empresas mineradoras e petrolíferas instaladas em seus territórios. Denuncia a atuação de transnacionais que destroem a biodiversidade da natureza. A atuação de suas organizações se faz em luta para a defesa e cuidado com a natureza que consideram mais importante e necessária para a sobrevivência humana e do planeta do que a economia de mercado.

Ângela relembra o massacre de Bagua, ou Baguazo em 2009, na localidade de El Reposo, departamento de Amazonas, que resultou na morte de 33 pessoas e o desalojamento de 5.000 nativos. Esse massacre originou-se de conflitos entre povos indígenas e o Governo Federal que atuou com seu policiamento para expulsar indígenas de suas terras para fazer cumprir o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos visando a exploração de minérios na região. A partir desse trágico acontecimento as comunidades indígenas fazendo uso de seus direitos exigiram a instituição da Lei da Consulta Prévia com os povos indígenas, a titularidade das Terras Indígenas, a educação bilíngue, a valorização de sua cultura. Reivindicações essas ainda em curso.

Do Paraguai escuto Dora Flecha, camponesa e integrante da Rede de Mulheres Feministas e Coordenadora da Frente Mulheres da Federação Nacional Campesina do Paraguai, esta criada em 1991 que, por suas lutas garantiu o acesso à terra a famílias camponesas. Nos fala de que a luta por terra e vida digna é diária na vida das mulheres de seu país. Que se inserem nos espaços de decisão para incluírem suas necessidades e que a luta por democracia é permanente. Que desde a ditadura (1989) as mulheres atuaram mesmo de forma clandestina em defesa de seus direitos. Traz as lutas das mulheres no campo da saúde materno-infantil e a conquista em 2007 de um decreto pela gratuidade do controle pré-natal.

Aponta as novas formas de despossessão das terras de famílias camponesas e indígenas com o uso de forças repressoras do Estado a serviço dos proprietários de terras que desalojaram cerca de 800 assentados nas últimas décadas. A reconcentração de terras também se realiza com o avanço da cultura da soja em seus territórios paraguaios em fronteira com o Brasil por latifundiários brasileiros, que expulsam famílias assentadas reinstalando a concentração fundiária no país.

Dora analisa que há disputa e violência mesmo no interior da própria classe social, o que denota o quanto a sociedade não compreende o caráter de classe a que está submetido e como a ideologia patriarcal alcança toda a sociedade. Expõe a violência estrutural que unifica a violência patriarcal à violência de classe.

Jacqueline Gómez engenheira agrônoma e ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização do Uruguai (2013-2020), apresenta em sua narrativa dados estatísticos que demonstravam a forte concentração de terras e a pouca presença das mulheres como titulares de terras em seu país. Informa que 9% das unidades produtivas possuía 60% da área total produtiva. Aponta que 63% das mulheres não apresentava remuneração no seu trabalho, o que incorria na invisibilidade em relação a sua participação laboral, ao seu direito à propriedade da terra, à tomada de decisões e a um conjunto de iniciativas voltadas para propiciar melhorias no sistema produtivo.

Argumenta que, quando um governo age com compromissos e faz a escuta atenta às demandas sociais passa a desenvolver políticas em comum acordo com os interesses das mulheres e da sociedade organizada. Uma dessas mudanças se fez com a legislação que passou a incluir a mulher como coparticipante no momento de titularidade da terra. Os dados estatísticos apontam que a titularidade da terra para as mulheres passou de 11% em 2014 para 20% em 2020. Essa conquista foi decisiva para construir o debate sobre a desigual relação entre os gêneros masculino e feminino na sociedade e na institucionalidade. Trouxe o debate formativo sobre a igualdade de direitos no campo político e econômico, sobre o acesso ao financiamento produtivo para as mulheres, a educação, a saúde, a moradia e a participação nas decisões sociais.

Jacqueline afirma que avanços nas políticas públicas para as mulheres também trazem visibilidade fora do país quando são discutidas em foros internacionais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As conquistas por igualdade de direitos e a presença das mulheres na agenda do MERCOSUL foram posturas importantes para criar

relações de parceria entre os países no continente latino americano. Mas traz suas preocupações com as mudanças de governo em seu país nos últimos anos (2021-2024) numa direção de recuo aos avanços democráticos que podem incorrer em perdas das conquistas alcançadas quando da atuação de governos populares, ou seja, quando a democracia estatal age em diálogo com os interesses da maioria da população.

A narrativa de Gabriela Sinchi Gómez, comunicadora e feminista comunitária, produtora de rádio, articulista de meio digital comunitário, integrante da El Churo – iniciativa ciberfeminista e também gestora de projeto de comunicação comunitária com enfoque de gênero no Equador traz a importância do uso da comunicação como ferramenta comunitária para o debate sobre as relações desiguais entre os gêneros para despertar consciências, nas lutas antipatriarcais e anticoloniais.

Com novas ferramentas de comunicação Gabriela discute as lutas que se passam nos territórios em torno da terra e também dos corpos das mulheres. Trabalha com a recuperação da memória em torno das históricas lutas de mulheres originárias que fizeram parte de embates anticolonialistas ainda nos séculos XVI e XVII com o império espanhol ao se reportar aos motins, às sublevações protagonizadas por mulheres indígenas.

No século XX traz as lutas das mulheres ainda pelo direito à terra, por educação intercultural e a organização das primeiras entidades de caráter indígena como a formação da Federação Equatoriana de Índios em 1944. O processo intenso migratório para as cidades resultado da expulsão de populações indígenas de suas terras, pelo modelo agrícola de base extrativista desafia os movimentos sociais a atuarem em aliança com as populações do campo e da cidade.

Na direção dessas alianças as organizações articulam estudos em torno das vertentes do ecofeminismo, do feminismo comunitário e popular, do feminismo interseccional para a compreensão e descoberta de novas possibilidades de um pensar e agir em relação com suas realidades. A interseccionalidade apresenta-se como elo entre as diferenças raciais, de classe e de gênero e se propõe a mostrar as possibilidades de lutas a se fazerem em comum.

Gabriela denuncia o avanço do projeto neoliberal no país com sua violência estrutural, sobremaneira sobre os territórios indígenas e os corpos das mulheres. Denuncia a atuação em 8% do território nacional de atividades extrativistas, por empresas mineradoras, de petróleo internacionais que sacrificam e expulsam as populações nativas.



As concessões de terras pelos governos nacionais para a exploração por países como Canadá e Austrália não resultam em retorno econômico para as populações indígenas.

Encontrando na comunicação uma forma de denúncia, de formação da consciência crítica a entidade de Gabriela organiza vídeos, documentários com depoimentos de mulheres indígenas para tratarem das violências de gênero relacionadas ao extrativismo e à perda das condições de reprodução de suas vidas que remetem à expulsão de seus territórios, de suas terras de produção agrícola e familiar.

O destaque na narrativa brasileira é trazido por Maria José Morais, coordenadora da Marcha das Margaridas desde 2017 e coordenadora da Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Sua fala se dedica a apresentar a força política e pedagógica da Marcha das Margaridas que prepara a cada ano (desde o ano de 2000) as mulheres trabalhadoras rurais e envolve a construção de sua plataforma de lutas e a negociação nas instâncias federais do poder executivo, legislativo e judiciário.

O processo de auto-organização das mulheres que se inicia nos territórios é formativo e volta-se à compreensão das diferentes formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, para tornar visíveis as mulheres trabalhadoras rurais junto à sociedade e ao Estado brasileiro, para trazer o entendimento do funcionamento da máquina estatal e a construção de formas de denúncia e de negociação para a conquista de políticas sociais, culturais e econômicas.

Com a consigna “É melhor morrer na Luta do que morrer de Fome” mulheres do campo, das águas e das florestas adentram a cada quatro anos a capital do país – Brasília, para realizarem denúncias, exporem sua forte capacidade de mobilização e a diversa rede de alianças constituídas. As Margaridas como se autodenominam remetem à frase de Margarida Maria Alves camponesa e diretora do Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de Alagoa Grande, Estado da Paraíba, assassinada por latifundiários da região por lutar pelos direitos trabalhistas e por reforma agrária para trabalhadores/as desprovidos/as de condições de trabalho digno. Em homenagem a essa mulher sindicalista as mulheres da CONTAG a reverenciam e relembram a cada edição da Marcha a luta que se mantém por terra, trabalho com dignidade, contra os mais diversos tipos de violências enfrentados por trabalhadoras rurais.

A Marcha recebe o apoio de entidades sindicais rurais e urbanas, de Organizações Não Governamentais (ONGs) e de entidades internacionais e a cada evento multiplica a participação de mulheres na capital do país em manifestações que agregam cultura popular, marchas em atos coletivos, audiências públicas, reuniões setoriais por secretarias e ministérios de governo, dentre outras atividades.

Na presença da pluralidade humana configura-se a diversidade constitutiva de mulheres que se nega a aceitar a unificação do ser mulher. Nesse sentido impõe pautas gerais e específicas a serem negociadas para que possam respeitar e considerar as condições locais de cada realidade. As mulheres do campo, das florestas, das águas constroem, apresentam e reivindicam com suas agendas de lutas a possibilidade de afirmação da existência da biodiversidade seja humana, seja de seres animais e vegetais e agregam às suas lutas os desafios contemporâneos forjados pelo aquecimento do planeta.

Meu diálogo com Luxemburg (1984), a seguir, analisa as sociedades naturais e suas capacidades de convivência, regeneração e interação com os sistemas ambientais originais. A teórica militante nos faz pensar sobre os processos de colonização e suas artimanhas não apenas na origem e formação do capitalismo, mas também nas novas e atuais artilharias utilizadas pelo sistema do capital para formatar as lideranças latino-americanas a assumir e manter os países de “nuestra América” em condição permanente de colonização.

Trago ainda o pensamento da teórica e militante Orozco (2014) em torno da Economia Feminista, como uma possibilidade de arquitetura de novas ousadias no pensar. Com Orozco aprendo que na atualidade do mundo do trabalho a relação conflituosa entre capital e trabalho vivenciada na sociedade do trabalho e por mulheres da terra é substituída por uma relação opressora mais violenta ao incorrer numa outra tensão - entre capital e vida, a nos suscitar que o capitalismo mais que propor relações humanitárias está a colocar a vida na sua penosidade mais cruel e ao seu crescente desaparecimento.

Ao final faço uma breve referência ao pensamento contemporâneo de Lugones (2014) que analisa de forma intensa a formatação da colonialidade de gênero. Importante e necessárias suas argumentações a nos fazerem pensar sobre a produção, ou invenção do ser colonizado e a nos provocar a pensar dialeticamente as manobras da modernidade para se inserirem nos países que promove a força e à força a “conquista” como os protagonistas

de uma nova sociedade civilizatória, negando-se a enxergar os brilhos de civilizações desenvolvidas a séculos por povos astecas, maias, guaranis e outros habitantes descobertos nas terras consideradas inabitáveis na sua ótica colonizadora.

A Sustentação da Vida como princípio da Existência

É por Terra para produzir a vida, para morar, partilhar valores de solidariedade, para se socializarem, que as mulheres desses países (camponesas, indígenas, quilombolas, pescadoras) fazem seus primeiros movimentos de passagem do mundo familiar, doméstico, para o mundo público e político. Ao serem expulsas de suas glebas, de seus territórios de origem, descobrem-se desamparadas do alimento, do teto, do acolhimento familiar e partem para a disputa da terra com o sistema capitalista na sua primordial função e finalidade – a terra como provedora de vida, de alimento.

E se essas mulheres e suas famílias tiveram a oportunidade de habitarem em ambientes, em ecossistemas ainda pouco explorados de forma predatória pela atividade humana, encontram, com as novas dinâmicas geográficas, políticas e econômicas de caráter mundial, a destruição rápida dos ecossistemas. Ecossistemas ainda relativamente preservados pelos habitantes ancestrais e nativos desses territórios.

As primeiras atividades humanas junto aos ambientes naturais se constituíram numa ligação menos desastrosa e destruidora da natureza em relação às formas de apropriação do solo, da água, do ar, das florestas, dos rios, do subsolo, observadas no último século com o avanço do modelo de produção capitalista para o cultivo agrícola e a criação de animais.

Esse modelo traz na sua base conceitual e material a política de acumulação primitiva do capital, conceito construído por Marx, que afirma,

A chamada acumulação original nada é, portanto, senão o processo histórico de divórcio de produtor e meios de produção. Ele aparece como ‘original’ porque forma a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde [...] A expropriação do produtor rural, do camponês, da terra forma a base de todo o processo (Marx & Engels, 1983, p. 106).

As formas de acumulação do capital foram também estudadas por Rosa Luxemburg (1984), que passou a considerar essa estratégia do capital como sendo utilizada de forma contínua nos processos históricos de colonização, realizados pelos países europeus nos diversos continentes do planeta Terra.

Ao estudar as sociedades de economia natural, ou em meios sociais não capitalistas, Luxemburg (1984) demonstra que o capital necessita dessas regiões para garantir sua expansão, possuir o domínio de novos territórios, realizar a exploração de terras, solos e subsolos em bases mercantis, por via de ocupações coloniais e neocoloniais (para falarmos da atualidade). Luxemburg passa a denominar esse conceito de Marx como acumulação primitiva permanente, contínua acumulação primitiva ou novos ciclos de acumulação primitiva.

Assim é que as terras de produção para a reprodução familiar se constituem em terras de vital importância para o capital, pois o novo modelo de produção – o capitalista - não convive com as formas de economia natural. Estas se caracterizam e se realizam: com o vínculo direto entre os meios de produção e o trabalho; onde a produção é voltada para o consumo imediato, para atender às necessidades familiares; onde a relação entre produção e reprodução se completam; onde encontramos uma agricultura com fortes elementos artesanais; onde não há ou há pouco ingresso de insumos do mercado externo e onde encontramos comunidades com entidades e organizações sociais, vida social e cultural ativas, autônomas e solidárias.

O capitalismo necessita destruir essas formas de organização social para alcançar seus objetivos econômicos contra as economias naturais. Daí atua de forma violenta para:

Apossar-se das principais fontes de forças produtivas, como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.; liberar força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; introduzir a economia mercantil e separar a agricultura do artesanato (Luxemburg, 1984, p. 32).

Para Luxemburg,

Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho (1984, p. 32-33).

Trazendo as narrativas de mulheres de países latino-americanos, vamos percebendo que a ação atual colonizadora transforma a terra em mercadoria e passa para as mãos de empresários e de grandes corporações internacionais com os megaprojetos de mineração, de termelétricas, de extração de madeiras, do agronegócio, da exploração do petróleo, de grandes hidrelétricas, implantados em terras outrora de camponeses/as, de

indígenas, de quilombolas, num mesmo movimento de acumulação permanente do capital.

A entrada de projetos imperialistas do capitalismo em seus territórios é acompanhada da imposição de políticas econômicas de caráter globalizante e voltadas para realizar a circulação geográfica do capital, com seus modos de organização da produção e do trabalho voltados basicamente para a extração da mais-valia. Nessa lógica, alteram a dinâmica territorial, os modos de vida e de produção das populações tradicionais.

A era do desenvolvimento capitalista chega nos territórios de “nuestra América” com características locais, mas trazendo e atualizando as velhas práticas da acumulação primitiva agora permanente, realizando a expropriação dos meios de produção e do trabalho, criando relações de subordinação dos Estados-Nação, com a implantação do modelo neoliberal, com a centralização do poder corporativo que passa a transcender as fronteiras nacionais, com o crescimento das zonas periféricas urbanas, gerando populações empobrecidas nas cidades, trazendo novos problemas ambientais com a extração de recursos naturais, com o modelo extrativista na agricultura, na mineração, com a destruição de florestas, e exploração intermitente dos recursos hídricos, provocando mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, produzindo um problema que se inicia em escala local e segue em escalada para atingir a escala global, planetária.

Para Karl Marx e Rosa Luxemburg a acumulação do capital é ao mesmo tempo econômica e política. Age em concordância com os Estados nacionais que se submetem às suas provocações. Luxemburg defende que esse modelo possui um tempo histórico de existência, pois depende da exploração de outras formas de organização social e econômica. E é nessa condição que se situam os limites e as contradições do capitalismo para a sua existência perene e universal. Luxemburg considera que esse é um sistema sem sustentação na produção e na vida, na medida em que jamais chegará a se constituir como modelo único e exclusivo de produção e de consumo, ou seja, como “domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos” (1984, p. 63). Luxemburg afirma “é nesse ponto que começa o impasse” (1984, p.63), a sua autodestruição, quando tenta destruir todas as outras formas de produção da vida.

Trazer a atualidade do pensamento de Rosa Luxemburg significa mostrar e falar de outras formas de existência social, cultural, política, econômica e ambiental na grande

marcha civilizacional da humanidade. Significa resgatar e afirmar outras formas de vida, de experiências históricas e ainda atuais de populações indígenas, quilombolas e de camponeses/as, na contramão do modo produtivo e político do capitalismo. Aponta para a permanência de qualidades sociais e humanas encontradas em comunidades indígenas, camponesas, quilombolas que não sucumbiram aos ditames do modelo capitalista. Representa mostrar para a sociedade outras formas de conceber passado e presente, de problematizar categorias como progresso e desenvolvimento que não se apresentam nas sociedades naturais de forma linear, como o aponta o capitalismo, na sua lógica evolucionista.

As mulheres sempre viveram e construíram formas de organização social, cultural e econômica da produção e reprodução da vida, preparando a utilização de seus recursos para atender as necessidades de suas famílias e seu bem-estar.

Recuperando as narrativas das mulheres enxergo provocações ao capital, com suas lutas que considero lutas anticapitalistas, onde denunciam o roubo de suas terras e a retirada do direito ancestral de pequenos e médios produtores de alimentos, de camponeses e povos indígenas.

Nas lutas anticapitalistas, as mulheres abrem-se para o debate conceitual, pedagógico, metodológico com a Economia Feminista³. Sim, porque a economia neoclássica, norteadora dos passos do capitalismo há muito não dá conta de manter a vida em todas as suas expressões. Não faz a defesa da natureza, da terra, das pessoas, dos animais, das florestas, das águas.

E qual a crítica que a Economia Feminista faz ao pensamento e prática da economia neoclássica? Primeiro na forma de entender a Vida. A Economia Feminista pensa os modelos de produção como aqueles que dão sustentação à vida humana, animal e à natureza para atender às suas necessidades de reposição de energia. Não com a lógica sacrificial que, no agronegócio, prioriza a produção de grãos em grandes extensões de terras, não para alimentar a humanidade, mas para alimentar bovinos, aves, suínos que serão sacrificados para o consumo humano, em cadeias produtivas, numa lógica mercantilista, intensiva e desumanizada.

³ Amaia Pérez Orozco (2014) em sua obra *Subversión Feminista de la Economía* nos apresenta três visões de economia feminista. Neste texto dialogo com a Economia Feminista de Ruptura.

A Economia Feminista faz críticas às escolas da economia que só consideram o trabalho voltado para produzir mercadorias. Ou seja, só considera necessária a produção de bens e serviços que vão para o mercado monetário, lugar onde circula o dinheiro. E nessa lógica até as pessoas viram mercadoria – ao se transformarem em mão de obra e força de trabalho. Questiona o mito da produção que denomina o lucro, o monetário como centralidade.

A economia neoclássica separou a produção da reprodução humana, dos cuidados com a vida humana. Criou lugares, papéis, destinos em aliança com o sistema patriarcal para determinar às mulheres a centralidade na sua atuação no ambiente familiar, doméstico, da casa. Em contraposição a Economia Feminista afirma que a produção da mulher voltada diretamente para a casa/cozinha para a reprodução da família é também formada por atos produtivos voltados para fornecer a mão-de-obra ao capital, por exemplo.

Pensando a relação direta entre produção e reprodução para a sustentação da vida a Economia Feminista considera que somos “interdependentes”, que a sociedade humana só funciona se respeitar as relações humanas, as relações entre os gêneros masculino e feminino, entre as raças, entre as religiões, as gerações, as sexualidades. Entre nós mesmos: homens, mulheres, idosos, jovens, crianças (Orozco, 2014).

A Economia Feminista pensa a ética do cuidado como central para a vida. Traz a preocupação com o princípio da precaução, do cuidado com as gerações futuras, com a produção para a sustentação da vida. Enxerga a casa como lugar de atendimento das necessidades imediatas de reprodução da vida (alimentação, repouso, saúde, educação) e o planeta como nossa casa comum.

A Economia Feminista rejeita na economia neoclássica a produção voltada para a morte como as indústrias de armamentos, de plástico e não para a vida como a produção de alimentos saudáveis, a produção de livros, de escolas. Protesta contra a urbanização sem planejamento, com sua produção intermitente de resíduos industriais, que poluem a natureza, os mares.

A Economia Feminista nos faz refletir que somos todos - natureza, como um paradigma fundamental para alterar o modelo de civilização moderna que separou o homem/mulher da natureza, que criou uma hierarquia entre o humano e os demais seres do ambiente.

A ciência moderna separou a cultura da natureza. E o capitalismo ampliou essa separação. Como? Nosso corpo foi separado da natureza. Nós humanos fomos colocados em posição superior à terra, ao ambiente natural, às plantas, aos animais. E o capitalismo e a ciência moderna vieram dizer que os recursos da natureza são infinitos e que qualquer matéria pode ser explorada infinitamente. Mas não é verdade: somos natureza, como organismos vivos na mesma condição que os animais. E os indígenas que vivem ainda nas florestas sabem bem disso. Nesse sentido somos “ecodependentes”, entre humanos e demais seres da natureza, somos todos seres orgânicos que habitam o planeta terra.

As narrativas dessas mulheres denunciam a formação de inúmeras “zonas de sacrifício” que passam a ser dominadas por diversos setores da economia mundial, voltados para reorganizar os territórios numa dinâmica de acumulação capitalista de base desigual. Relatam as mulheres, mudanças estruturais nas formas tradicionais de produção da vida, de organização da sociedade, com a expropriação e o controle de suas terras, de seus meios de produção e da subordinação e maior exploração do trabalho.

A colonialidade de gênero se faz presente e interligada quando as mulheres da terra nos lembram que o sistema patriarcal se renova para agir nas engrenagens moldadas pelo Estado e a sociedade moderna. Como nos traz Lugones (2014) em sua análise, em torno da colonialidade de gênero, o Ser colonizado foi invenção do sujeito colonizador em suas práticas colonialistas ainda no século XVI, que considerava os povos habitantes nativos desprovidos de alma, ou seja, não humanos.

Essa primeira dicotomia e hierarquia constrói seres humanos e seres não humanos. É produzida pela modernidade colonial e é fundadora das relações entre colonizador e o Ser voltado para se submeter à colonização a fim de incorporar e assumir a grade de sujeito normativo, ou seja, como sujeito ativo, burguês, colono, moderno, superior, branco, heterossexual e cristão, com mente e razão modernas (Lugones, 2014). Na mesma direção impõe às mulheres a serem colonizadas os papéis historicamente destinados às mulheres europeias subordinadas ao poder masculino, às funções de reprodutoras e cuidadoras da casa e da família.

Mesmo não admitindo enxergar sociedades organizadas e estabelecidas no continente invadido, o colonizador em condições de sujeito do pensamento moderno qualifica a população local como pré-moderna, como inferior, numa lógica de entendimento do mundo em progressão, em evolução, em desenvolvimento, convocando

para si o papel de conquistador das terras e dos povos nativos e, portanto, de sua redenção e de mudanças.

Lugones acompanha Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser que, em resistência à modernidade capitalista, denominam as formas de organização existentes no continente a se fazer colonizado, como “sociedades não modernas” por organizarem “o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico, o espiritual” e ao analisar que, seus “conhecimentos, relações e valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais são logicamente constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica e “categorial”” (Lugones, 2014, p. 935-936).

O caráter centralizador do pensamento e da prática do colonizador moderno impõe a desumanização dos indivíduos locais e a inferioridade da natureza como dois elementos centrais e importantes para dar suporte no agir com violência, para criar hierarquias, usar a religião cristã para fazer julgamentos morais e a fim de produzir apagamentos das culturas, modos de existência, de conhecimentos e destruir suas formas de organização social e política (Lugones, 2014).

Exercícios para provocar novos pensamentos e práticas

Para finalizar as ideias aqui potencializadas não me desafio a pensar nas lutas das mulheres da terra como sinais de mudanças substantivas para um outro mundo possível. No entanto, acredito que uma leitura de suas batalhas em resistência pode nos mostrar em profundidade as contradições do capitalismo, as suas fragilidades que, em algum momento de nossa história se fará ser compreendida pelo conjunto da classe que vive do trabalho, esteja nas fábricas, nos setores burocráticos estatais, nos espaços precarizados do trabalho uberizado, nos setores primário, secundário e terciário do mundo econômico da sociedade contemporânea, estejam nas cidades e no campo.

As mulheres da terra colocam-se em posição anticolonialista sim, ao se oporem às práticas e pensamentos do colonizador. Não internalizam o pensamento do dominador, nem se submetem às relações de poder colocadas pelo sistema colonial. Ao perceberem suas formas separatistas e de destruição de suas vivências comunitárias as mulheres reagem de forma coletiva e solidária em suas ações políticas. Suas lutas são experiências de alteridade, de possibilidades de se afirmarem na história, como sujeitos de suas histórias, compondo caminhos de resistência anticolonialista e antipatriarcal.

Pergunto: Qual o papel das mulheres da terra no processo de superação do colonialismo e do patriarcado? Os sinais indicam que a vida humana e planetária não se sustentará: com ideias antropocêntricas que fazem a separação do Ser Humano como Ser Natureza e o coloca em posição de superioridade; com a imposição de uma modernidade que gera a sociedade do cansaço (Han, 2017) e destrói laços construídos nos rituais vivenciados em comunidade; com a escassa compreensão humana da força a operar pela grande teia da vida a se manifestar nas conexões entre terra, ar, ventos, florestas, oceanos, rios, geleiras, animais, vegetais e humanidade na manutenção ou destruição do sistema terra.

Pensar com as mulheres da terra em suas lutas, a mim parece criar possibilidades de colocá-las em posição de quem ainda estão a viver em condições de enxergar caminhos de recuperação das sociedades humanas, para habitar num planeta saudável. Ao agregarem fortes denúncias em torno da destruição de suas condições de vida as mulheres da terra sinalizam para as ameaças de desaparecimentos dos sistemas naturais planetários e sua importância para a atenuação da crise climática e a redução do aquecimento global.

Que possamos aprender com as mulheres da terra, ao criarem tensões permanentes entre capital x vida e a nos indicarem caminhos para a sustentabilidade planetária.

Referências

- DILGER, Gerhard Dilger. Em nome da Rosa. In: Schütrumpf, Jörn (Org.). *Rosa Luxemburgo*. Ou o preço da liberdade. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Rosa Luxemburgo, 2015, p. 7-12.
- DUSSEL, Enrique. Mediações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 341-395.
- ESMERALDO, Gema G. S. L. Mujeres de América, lecciones de una resistencia activa. In: *Mujeres de La Tierra*. Voces, saberes e experiências de América Latina, el Caribe y África. Buenos Aires/Argentina: CIPDH/UNESCO, 2023, p. 145-149.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. 2ª edição ampliada. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- KARL, Marx & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante/Progresso, 1983. Tomo 2, p. 106-107.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: *Revista Estudos Feministas*. UFSC/Centro de Comunicação e Expressão: Florianópolis, set/dez/2014, p. 935-952



LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Abril Cultural S. A., 1984. Os Economistas, Volume II.

OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la Economía*. Aportes para um debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, CLACSO, set. 2005, p. 227-278. (Colección Sur Sur).